

A UNIVERSIDADE COMO CATALISADORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, NA FRONTEIRA SANTANA DO LIVRAMENTO/BR E RIVERA/UY

Deivid Ilecki Forgiarini

Universidade Federal do Pampa

deividforgiarini@hotmail.com

Christine Schoroder da Silva

PUCRS

christine1004sch@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa teve como foco compreender a ação da Universidade Federal do Pampa no desenvolvimento regional do pampa gaúcho. Esta busca se deu por meio das percepções de atores sociais relevantes e envolvidos no processo desde a concepção desta instituição até o ano de 2012. Para tanto é feito um resgate histórico que evidencia a formação da estrutura social desta fronteira desde o século XVI até o final do século XIX. Este resgate histórico acaba não se atendo as importantes transformações do século XX, uma vez que essas transformações em suma pouco alteraram a estrutura fundiária da região e apenas reforçaram atividades econômicas de ciclo curto¹.

Buscando compreender se a Unipampa cumpre o papel de promotora do desenvolvimento regional, apresenta-se entrevistas que foram feitas com atores sociais relevantes neste processo de modo a captar a suas percepções na formação de capital social na região no período estudado e qual a participação da universidade neste processo.

Desta forma a abordagem metodológica escolhida foi a fenomenologia, com base em Triviños (1992), Gil (1999) e Schutz (1979) este último relacionando mais a fenomenologia com a sociologia. Mesmo sendo uma pesquisa qualitativa e descritiva, fez-se uso de uma tabulação gráfica para facilitar a leitura e buscar aproximar as percepções dos atores sociais entrevistados, não como algo consolidado, não como um valor absoluto, e sim com o objetivo de

¹ Ver Etges (2010) e Alonso (1994).

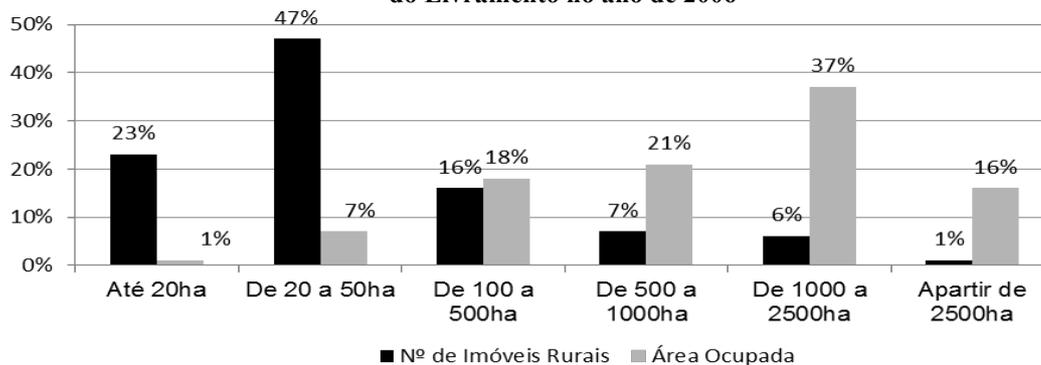
posicionar melhor a percepção geral dos entrevistados. Neste sentido acaba sendo um estudo de caso com triangulação de fontes de dados, conforme Yin (2001) usando-se de documentação, entrevistas e observação participantes (uma vez que o pesquisador foi acadêmico da instituição durante todo o período analisado). A análise de conteúdo, teve como base Poupart et al (2008) e para quem além da confiabilidade a pesquisa deve ser reprodutível mostrando a sua rigidez metodológica.

Formação Socioeconômica da Fronteira Santana do Livramento/BR e Rivera/UY

A região do Pampa Gaúcho foi disputada desde meados do século XVI quando esta ainda fazia parte do território Espanhol com base no Tratado de Tordesilhas do final do século XV que teve a influência direta da Bula do Papa Alexandre VI, contudo é esta mesma igreja católica que dois séculos depois irá criar um bispado no Rio de Janeiro com “jurisdição” até as margens do Rio da Prata, abrangendo todo o território do hoje Uruguai (PINTOS, 2008).

Ao longo dos anos, as disputas territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola deram o recorte territorial e social que a fronteira possui hoje. Em Forgiarini (2014) é feito um resgate complexo sobre os reflexos deste legado histórico na estrutura fundiária da fronteira, mas utilizando-se dos gráficos seguir (os mais atuais da obra) têm-se um noção geral histórica da estrutura fundiária na fronteira:

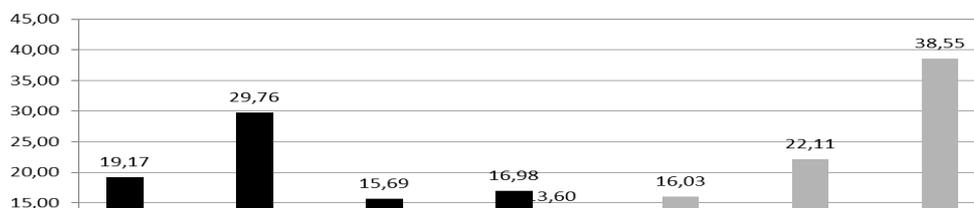
Gráfico 01 – Porcentagem de Imóveis rurais e área ocupada no município de Sant’Ana do Livramento no ano de 2006



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de informações recolhidas do IBGE, 2006.

A mesma estrutura fundiária é percebida no lado de Rivera/UY:

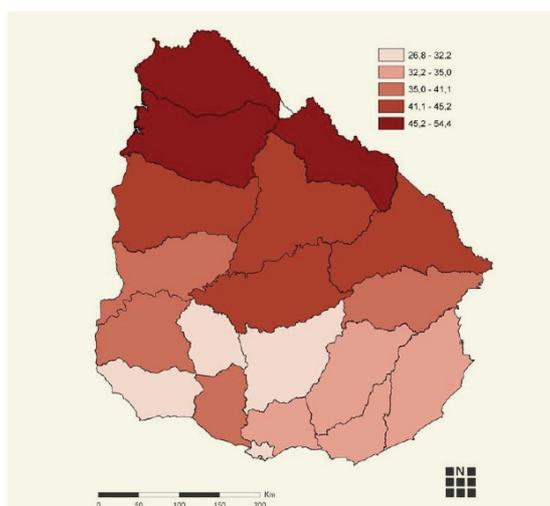
Gráfico 02 – Porcentagem de imóveis rurais e área ocupada em Rivera no ano de 2011



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir de informações recolhidas no Censo General Agropecuário 2011; DIEA – MGAP, 2011.

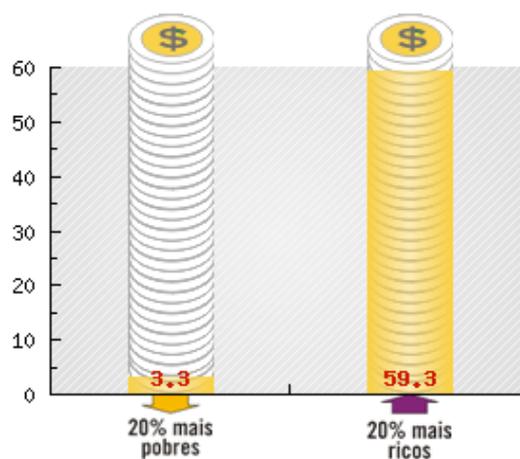
Essa concentração fundiária pode trazer reflexos nos índices sociais dados estes relacionados com a concentração de renda:

Figura 1 – Porcentagem da população com ao menos uma NBI¹ no Uruguai, por departamento (2013)



Fonte: Atlas Sociodemográfico y de la Desigualdad del Uruguay p.31, 2013.

Figura 02 – Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população – Santana do Livramento/RS - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2010 apud Portal ODM, 2013

Deste modo, estudos para o desenvolvimento desta região de fronteira poderiam ser mais frutíferos se fossem estudos coordenados de forma bilateral. Esta região possui as mesmas raízes históricas, estruturas fundiárias concentradas, o mesmo bioma pampa, sua matriz produtiva é semelhante e as características culturais, *la cultura gaucha*, também. Ambos os lados estão distantes 500 quilômetros dos centros de poder mais próximos, com o lado brasileiro em situação inferior, pois a instância estadual de decisão é limitada no que tange a regulamento judiciário, dependendo da longínqua Brasília, no Distrito Federal, em sentidos literais e figurados.

É inegável que ainda hoje há ressonâncias advindas das disputas territoriais nesta região. Seus problemas sociais em evidência deixam clara essa situação. Sua estrutura fundiária fortemente concentrada perpetua essa condição e mantém a mesma elite conservadora, pouco produtiva, no poder, ao passar dos séculos. Seguindo a metodologia das NBI, a educação pode ser um fator de transformação entre gerações. Os dados coletados em Forgiarini (2014) mostram que o número relativo de concluintes de ensino superior nesta região, guardadas as devidas proporções com o número de habitantes, é três vezes menor do que as regiões Metropolitanas e do Vale do Rio dos Sinos que, juntas, são responsáveis por quase a metade do número absoluto de graduados. Porém, cabe a ressalva de que estes dados são de 2009 e não há ainda dados relativos ao impacto da UNIPAMPA na região.

Por fim, ações revolucionárias, a despeito das ações reacionárias, ações que quebrem os paradigmas atuais podem ser um caminho viável para o desenvolvimento dessa região. Identificar os produtos característicos deste território, agregar valor e desenvolver o trabalho coletivo para o fortalecimento destas cadeias de produtos identificados com essa cultura, em uma relação bilateral, podem ser caminhos para o almejado desenvolvimento, num sentido mais amplo do conceito. Almeja-se que as antigas disputas territoriais, que cortaram o Pampa, que criaram e consolidaram elites, que trouxeram cercas, que dividiram politicamente povos tão próximos culturalmente, sejam superadas e que a diversidade, que o encontro entre os diferentes (tão semelhantes) seja o diferencial em busca do desenvolvimento em favor do povo que aqui vive. Por isso mesmo, essa integração pode ser fomentada por meio da geração de capital social. Diante disso, no capítulo a seguir será discutido o conceito de capital social que pode superar a estratificação social imposta pelo legado histórico a esta região.

Marco Teórico de Capital Social

A definição de Woolcock (2000) sobre capital social é simples e ao mesmo tempo completa: “capital Social refere-se às normas e as redes que facilitam o trabalho coletivo”. Ela é equilibrada não sendo nem ampla, nem estreita demais, tendo o tom certo para ser uma definição amplamente aceita pelos diversos pesquisadores de capital social, independente da sua área de origem, uma vez que consegue relacionar capital social com ação coletiva e não com eficiência; assim, evita discussões sobre o termo eficiência e inclui um número maior de fenômenos sociais na análise.

A definição usada no presente estudo, nesta perspectiva, mantém seu foco mais nas redes e não nas normas, pois se entende que as normas só se mantêm em uma rede bem forte e estruturada. Entretanto, parece interessante buscar uma classificação de Capital Social, revisando alguns autores até se chegar aos modos de capital social, que são importantes para esta pesquisa, começando por Putnam e as associações horizontais. Putnam, ao ser mais exploratório na introdução da tese, acaba criando um postulado bem amplo, o que abre para diversas críticas. Porém, no capítulo V de seu trabalho de 1993, ele acaba restringindo mais as associações e aos hábitos cívicos e o espírito de cooperação entre os membros.

Para Putnam (1993), os valores cívicos apoiariam a formação do dito espírito de forma cíclica, fortalecendo a associação e um ciclo virtuoso. Cabe ressaltar que para Putnam essas associações eram feitas em relações horizontais e não verticais, sem hierarquia, sem barreiras de entrada, fortalecendo os laços de contato entre o grupo, e a comunidade pensa então em associações com "agents with equivalent status and power" (PUTNAM, 1993, p. 173), ou seja, agentes com equivalente status e poder. Nesta forma de pensar, capital social é ligado à redução dos custos de transição porque o aumento generalizado de confiança diminui o comportamento oportunista, o que vai levando gradualmente ao menor desperdício de tempo e custo com o gasto de conferência, que pode ser realocado como investimento para uma produção ainda maior. Ainda em Putnam (1993), percebe-se a influência de Tocqueville, pois este primeiro crê na organização civil como um meio de pressão para o desenvolvimento e manutenção de boas políticas públicas, e também em seus estudos empíricos consegue relacionar a maior densidade de associações em regiões que também possuem melhores índices de qualidades do governo local, além das maiores taxas de crescimento da economia.

Coleman e Granovetter trazem mais contribuições quando relacionam com as redes sociais. Granovetter (1985) lança "*Economic Action and the Social Structure: the problem of embeddedness*", onde critica os dois lados da economia, a neoclássica e a aquela que privilegia o meio, de forma a determinar a ação das pessoas. De forma geral, vai contra o determinismo. Para superar essa discussão, propõe uma análise em que o indivíduo esteja envolto em uma rede de relações sociais, o que, em outras palavras, quer dizer que as pessoas possuem suas decisões, é claro, mas observando o ambiente em que se encontram e as redes sociais em que estão inseridas.

Neste ambiente de redes, a cooperação é incentivada e a reputação de cada um também, e assim o grupo entra em um ambiente de ciclo virtuoso. Afirma o mesmo autor que as questões de confiança e até mesmo a organização da atividade econômica precisam ser

examinadas com a lente da rede social (GRANOVETTER, 1985). Neste ínterim é que se insere Coleman. Coleman é o responsável por dar fama ao capital social e colocá-lo no circuito em que logo depois Putnam iria desenvolver o conceito com seu trabalho na Itália, publicado em 1993. Coleman, em suas obras (1988 e 1990), mantém uma estreita relação com Granovetter e traz uma importante definição de capital social:

Social capital (...) is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: they all consist of some aspect of a social structure, and they facilitate certain actions of individuals who are within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would not be attainable in its absence. Unlike other forms of capital, social capital inheres in the structure of relations between persons and among persons. It is lodged neither in the individual nor in physical implements of production. (COLEMAN, 1990, p. 302).

A forma como Coleman define capital social, com um viés para produção, mostra como as relações podem incentivar esta produção. Explica o sentido do termo capital, por que algo que é produtivo, explica o social, por que se cria nas relações, afirma que não é uma coisa única, mas várias, que têm em comum o fato de estar em uma estrutura e facilitar as relações entre pessoas. Mostra que o capital social não é tangível, de forma que ele não seria formalmente “apresentado” às pessoas e as coisas, ele existe nas relações das pessoas, sem relações não há capital social. Este resgate teórico permite então, no presente estudo, avançar aos modos de capital social dentro desta perspectiva coletiva de Coleman e Putnam. Neste trabalho, usa-se uma classificação que leva em consideração a posição social da pessoa, questão **fundamental no presente cenário de pesquisa**.

Para este estudo, além de se privilegiar as redes e não as normas, o modo de capital social que se busca identificar é o modo do tipo “*bridging*”, pois, atendendo ao cenário desta pesquisa marcada pela diversidade social, parte-se da compreensão de que modos de capital social do modo “*linking*” têm mantido uma elite hegemônica que, ao impedir classes mais pobres a terem acesso aos tomadores de decisão, legislam em favor próprio (desde a doação das Sesmarias) e também isto fortalece o capital social do modo “*bonding*” entre aqueles membros da elite que conduzem a estrutura fundiária concentrada há mais de dois séculos.

Para poder ter um instrumento de avaliação, após a reflexão histórica do conceito, definiu-se ter como base, no desenvolvimento desta pesquisa, o “Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)”. Este questionário foi elaborado pelo Banco Mundial em 2003 e também tem inspiração em Woolcock (2000). Foram definidas seis dimensões, que são: Grupos e Redes; Confiança e Solidariedade; Ação Coletiva e Cooperação; Informação e

Comunicação; Coesão e Inclusão Social; Autoridade (ou capacitação) [*Empowerment*] e Ação Política.

Com base nesta acepção de capital social pode-se buscar contextualizar o papel da universidade em prol do desenvolvimento, a caracterização da Unipampa, desde sua criação e a quais objetivos ela busca atender e assim o seu papel no desenvolvimento regional do pampa.

Universidade e Desenvolvimento: Um Esforço de Articulação Conceitual e o Contexto da Universidade Federal do Pampa

O pensamento liberal, no que tange ao papel das universidades na dimensão da América Latina, propõe guiar a atuação acadêmica ao atendimento das demandas de mercado, com o intuito de sustentar a estruturação econômica global, estabelecendo padrões nos meio empresariais que acabam por ditar as ações no meio acadêmico (ROMERO e CALDERANO, 2008, p. 16).

Mais do que uma proposta empresarial, a ideia liberal busca criar um sistema educacional adequado a expectativas exógenas aos países latino-americanos, no que pese o incentivo à formação de pessoas para funções pouco complexas e que não sejam libertadoras, no pensar (SEVERINO, 2008, p. 78).

Essa é uma condição complicada, porque tal proposição evidencia as diferenças entre os países do centro e da periferia do capitalismo, na medida em que a produção de conhecimento, a concepção e a disseminação de novas tecnologias, fatores imperativos para o desenvolvimento no contexto contemporâneo, e que dependem essencialmente de investimento em pesquisa e de uma formação educacional intensa, ficam sob o domínio das nações centrais. Romero e Calderano (2008) afirmam que não foi o conhecimento o elemento central das reformas educacionais.

Deste modo, a magnitude que deveria estar contemplada no conceito de formação, como visto nas contribuições de Paulo Freire, afunda-se em um pragmatismo no qual é confirmada a conversão em valor econômico de todos os elementos que compõem a sociedade (VOGT, 2003).

Neste ínterim, a cidadania e a ética, a política e a história, são esquecidas, ou deixadas de lado, assim como o incentivo à reflexão e ao pensamento crítico. Vogt (2003) afirma o que move aqueles que fazem parte da academia acaba sendo um sucesso profissional que acaba sendo mensurado em ganho financeiro. Com este objetivo a discussão filosófica cai em

detrimento de uma frenética busca por instrumento de fácil entendimento e assimilação. Perde-se em construção do conhecimento, ganha-se em tempo, pois “tempo é dinheiro”.

Por outro lado propõe-se a construção de uma matriz tecnológica identificada com as questões nacionais e regionais, que compreenda e responda as necessidades da população. Desta forma, a relação com o aporte tecnológico, dentro da premissa de atender tanto os anseios locais quanto a necessidade de colocação no contexto internacional, adquire outros atributos na medida em que surgem reflexões sobre sua implementação. Há, nesse cenário, a aproximação entre ciência e cidadania, partindo da preocupação constante em refletir sobre a relevância das inovações tecnológicas para a resolução dos problemas sociais, direcionando a pesquisa e seus resultados para toda a sociedade (ROMERO e CALDERANO, 2008).

Neste escopo conceitual surge a Universidade Federal do Pampa. Como será visto no subcapítulo a seguir esta universidade tem suas raízes em movimento social da região do pampa e mesmo a sua lei de criação atende a sua inserção regional.

Contexto da Universidade Federal do Pampa, sua história e caracterização

Segundo o Plano Institucional da UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2009), a Universidade foi uma reivindicação da comunidade da região que convergiu com a política de desenvolvimento do ensino público superior que o governo brasileiro desenvolvia na época. Esta política entende que a expansão do ensino superior pode ser um meio de desenvolvimento regional, tal como a instalação desta universidade na região do pampa

Ainda afirma que veio com a intenção de aumentar a integração com os países que fazem fronteira com esta região – Uruguai e Argentina. Em setembro de 2006, iniciaram-se as atividades da instituição. Entre 2006 e 2008, foi um primeiro momento de implementação sob a coordenação da Universidade de Santa Maria e a Universidade de Pelotas, até que, em 11 de janeiro de 2008, a Lei Nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo que:

(...) a UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, **caracterizando sua inserção regional**, mediante atuação multicampi na **mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul**. (PROJETO INSTITUCIONAL UNIPAMPA 2009 p.4, grifo nosso).

Dando posse à sua reitoria pró-tempore, define-se o profissional docente que atende os desejos desta instituição:

(...) um educador com elevada titulação, possuidor de uma formação acadêmica sólida e qualificada, dimensionada no conhecimento específico e nos estudos interdisciplinares da profissionalidade requerida. É comprometido com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região do pampa, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações socioeconômicas e do desenvolvimento sustentável. (PROJETO INSTITUCIONAL UNIPAMPA, 2009, p.5).

A instituição compreende que, para ter sucesso nesta empreitada, deve ter amplo conhecimento da região em que está inserida, para superar as dificuldades encontradas e desenvolver as potencialidades e trabalhar com parceiras: “cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região”, trazendo o protagonismo desta aproximação com os atores sociais para si. (UNIPAMPA 2009, p. 7). Sobre a concepção que tem de si:

(...) a concepção de universidade não se restringe apenas à formação profissionalizante, mas se firma em uma proposição humanística e generalista, assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas. Ao mesmo tempo, olhar a Universidade, a partir das comunidades nas quais ela está inserida, pressupõe que os sujeitos implicados nas suas ações a percebam como parte integrante da vida social, comprometendo-a, por conseguinte, com o desenvolvimento regional sustentável. (PROJETO INSTITUCIONAL UNIPAMPA, 2009 p.7).

Por isso mesmo afirma:

(...) nessa direção, a Universidade não pode ser um espaço meramente reprodutivo do saber acumulado pela humanidade nem tampouco, o educando pode ser tomado como um receptor passivo deste saber. A Instituição precisa traduzir os desafios de seu tempo, revisar o que está posto e ter a coragem da utopia por um mundo melhor. Ela deve apostar no trabalho colaborativo (...). (PROJETO INSTITUCIONAL UNIPAMPA, 2009, p. 9).

Universidade afirma que esta forma de pensar a instituição se dará na capacidade dos diversos atores de definirem os caminhos da instituição e da região, ainda que sem perder o foco principal da Universidade: “formar sujeitos da sua própria história” (UNIPAMPA, 2009, p.10).

A UNIPAMPA e o desenvolvimento regional

"quando voltarmos, daqui a dez anos, poderemos verificar que a Universidade foi a alavanca do desenvolvimento de toda a região" (Ministro da Educação Fernando Haddad, PORTAL TERRA, 2006).

Destaca-se aqui esta frase por se compreender que ela resume a intenção do Governo Federal ao instalar uma universidade federal naquela região, no caso específico deste estudo, na fronteira Santana do Livramento e Rivera.

Bacelar (2012) afirma que a expansão do ensino superior público é uma política setorial nacional com abordagem territorial mostrando preocupação regional. Seguem nesta linha de contexto os Princípios Balizadores (valores), a Missão e Visão da Universidade, conforme o seu Projeto Institucional (UNIPAMPA, 2009):

4 PRINCÍPIOS BALIZADORES:

(...)- Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o **desenvolvimento regional** para a construção de uma Nação justa e democrática.

5 MISSÃO

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do **desenvolvimento sustentável da região** e do país.

6 VISÃO

Constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o **desenvolvimento sustentável da região e do país**. (UNIPAMPA 2009, p. 10-11, **grifo nosso**).

Percebe-se com estas afirmações que também aqueles que gestionaram todo o processo de instalação da universidade, tinham (e têm) consciência da função catalisadora/promotora do desenvolvimento regional, do desenvolvimento do território em que se encontra a mesma.

Neste sentido o próximo capítulo aborda a percepção dos atores sociais no que tange a formação de capital social pela Unipampa. Esta percepção é um dos meios possíveis para buscar uma compreensão da ação desta universidade em relação ao seus objetivos de inserção e desenvolvimento regional que foram vistos neste capítulo.

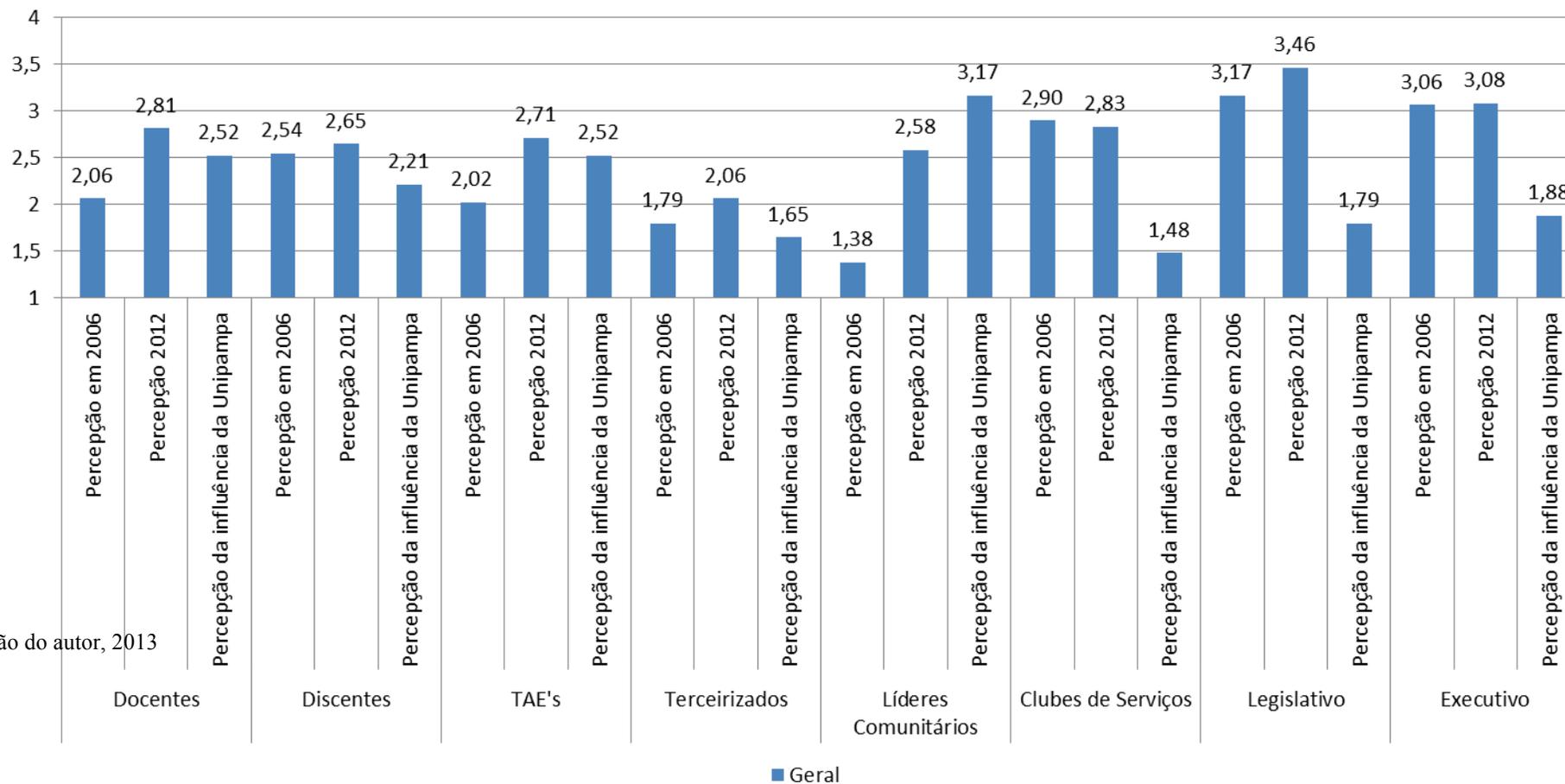
A Universidade como Catalisadora do Desenvolvimento Regional: Formação de Capital Social pela Universidade Federal do Pampa na Fronteira Santana do Livramento/BR e Rivera/UY

Para se captar a percepção dos sujeitos sobre a formação do capital social, foram aplicadas entrevistas com base em um formulário do Banco Mundial (2003), e que, ainda que contendo questões fechadas, permitiu que se ouvissem comentários livres dos entrevistados, comentários estes que também foram considerados na análise.

O Gráfico 03, apresentado a seguir, mostra a percepção geral quanto à evolução do capital social nos anos 2006 e 2012 para cada ator social e a influência da UNIPAMPA nestas percepções. Exceto para o grupo de líderes comunitários, ao qual a UNIPAMPA teve grande influência (dado o fato de seu representante ter sido acadêmico da universidade), todos os demais atores sociais possuem uma percepção negativa da influência da Universidade na geração de capital social. Apenas se faz uma ressalva com relação ao grupo de docentes e TAEs que, apesar de terem uma percepção positiva, têm suas percepções praticamente no limiar entre o positivo e o negativo (2,52 em ambos), quando justamente o seu envolvimento direto com a instituição poderia ser um dos motivos para se avaliar melhor a participação da instituição na comunidade em geral.

Na mesma linha de raciocínio, destaca-se a posição crítica negativa da percepção da influência da UNIPAMPA pelos terceirizados, líderes de associações e clubes de serviços e pelos poderes executivos e legislativos. Todos estes, em sua média final, indicaram uma percepção muito negativa (todos abaixo de 1,90). Se um dos objetivos da universidade é a sua inserção regional, conforme a Lei de sua criação (11.640/2008), é imperativo que a Universidade repense seu modo de agir. Vale destacar que a pesquisa trata de percepções dos atores sociais envolvidos, e existe a possibilidade de a Universidade ser mais efetiva do que mostram as percepções colhidas, todavia, neste caso, existiria pouca divulgação das ações da instituição, o que novamente pode não ser o caso, visto que até mesmo os grupos mais envolvidos com a Universidade não indicaram expressivamente positiva a participação da instituição na formação de capital social.

Geral

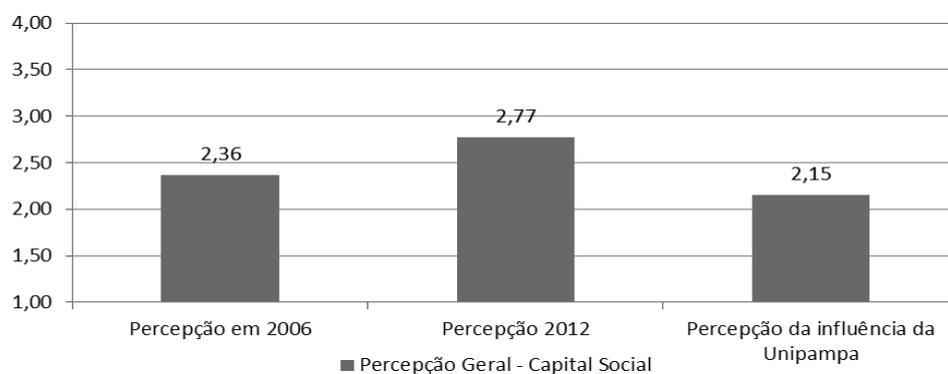


Fonte: Elaboração do autor, 2013

Por fim, pode-se afirmar o crescimento da percepção no que tange à formação de capital social, todavia esse crescimento de capital social não parece estar diretamente relacionado com a UNIPAMPA. A estratificação social, conforme já contextualizado, ainda é presente e inibe a formação de capital social do modo *bridging*. Existe é a formação de capital social do modo *linking*, segundo a percepção dos atores entrevistados, o que acaba atravancando o desenvolvimento regional.

Apesar de terem uma predisposição positiva em relação à UNIPAMPA, os atores sociais a veem como um fator catalisador de desenvolvimento regional e não efetivamente como um ator, ou ainda como uma protagonista do desenvolvimento regional, conforme a sua lei e projeto institucional.

A UNIPAMPA não consegue desenvolver com efetividade ações com o outro lado da fronteira, mesmo que este esteja a apenas poucos metros de seu endereço físico. Alguns atores sociais não sabiam quem era a diretora do Campus de Santana do Livramento. O que se supõe, portanto, é que cabe à Universidade assumir a responsabilidade para a qual foi criada, indo além da mera criação de um conhecimento tecnicista, com foco na inserção no mercado de trabalho apenas. Esta instituição, além da formação e da construção de saberes, tem como função o apoio ao desenvolvimento regional, todavia este não será efetivo se mantiver apenas um papel catalisador, sem se envolver com o processo de transformação social através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ofertando sua produção à sociedade que, por meio dos impostos, financia a produção acadêmica:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade acaba se eximindo de seu papel de protagonista na transformação social desta fronteira, com vistas ao desenvolvimento regional. Ela contribuiu pelo simples fato de estar presente na fronteira, mas não porque de fato interfere no dia-a-dia fronteiriço, pelo menos não na percepção dos atores sociais entrevistados. A dimensão citada é aquela em que as pessoas se sentem capacitadas, se sentem com o poder de tomar decisões para suas vidas. A Universidade, como geradora de saberes, acaba dando poder às pessoas, que podem ser mais ativas nos seus dia-a-dia. Assim a Universidade não é um corpo presente na “reação química social”, apenas a sua presença potencializa que os corpos originários desta “reação química” possam fazê-lo de forma mais rápida.

Pela pesquisa, sobretudo pelas entrevistas, notou-se que a sociedade em geral tem suas expectativas frustradas em relação à universidade. Alguns entrevistados destacaram o primeiro ano que a Universidade teve na fronteira, buscando ocupar os vários espaços na sociedade, se inteirando, participando. Todavia atualmente alguns não sabem que é a diretora do Campus. Isso não pode ser responsabilidade apenas da administração local, afinal de contas a administração local apenas implementa as decisões conjuntamente decididas hoje no CONSUNI da UNIPAMPA.

A região do Pampa Gaúcho foi construída historicamente na segregação de classes. Entretanto, dada a habilidade da elite local, essa segregação foi suavizada com o uso da recompensa em prestígio social, recompensa que não era traduzida em capital, em renda, em possibilidade de mudança social. Isso criou uma sociedade estratificada: os possuidores de terras e os não-possuidores de terra. Os problemas sociais que são evidentes na região nascem com este estigma. Essa grande diferença inibe a formação de capital social do modo *bridging*, e essa inibição atrasa o desenvolvimento regional.

A Universidade é pública, de acesso universal. O sobrenome da pessoa nesta instituição não deve garantir distinções de acesso de qualquer natureza. Neste ambiente as pontes entre as pessoas são encurtadas, gerando o ambiente favorável para geração de capital social do modo *bridging*. O entrevistado líder de associação comercial, parte do grupo clubes de serviços, indicou esta questão em sua entrevista. Se a Universidade

assumir o seu papel e buscar ser protagonista no desenvolvimento regional, ela pode criar inúmeros espaços de participações coletivas indiscriminadas, especialmente incentivando as participações de grupos sociais excluídos.

Todavia, o fato de a instituição ser considerada nova foi, também, o que incentivou a realização da pesquisa, para que ainda se possa propor intervenções nesse sentido. Com isso pode-se avaliar a formação histórica de grupos sociais excluídos, mensurar o capital social desta fronteira e analisar a participação desta Universidade que veio para contribuir para o desenvolvimento regional do pampa.

Por meio da promoção de um espaço amplo e democrático de construção conjunta de saberes, tais como a Universidade, pode-se encurtar as pontes e promover o trabalho coletivo e a cooperação, um dos meios para o desenvolvimento regional. A UNIPAMPA pode ser essa promotora, assim que decidir assumir a responsabilidade e trabalhar expressivamente nessa dimensão. O desenvolvimento do pampa passa pela revalorização do gaúcho, mas não a valorização demagoga social, e sim a valorização que o possibilite ser o protagonista de sua própria história e que possa desenvolver a si e a sua região. Uma instituição que pode criar estes espaços de democráticos e de potencialização é a UNIPAMPA. *Unir o pampa, diminuir as pontes.*

REFERÊNCIAS

- ABELLA, G., 2008. **Historia Diferente del Uruguay**. Montevideo: Betum San.
- ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S.; BENETTI, M. D., 1994. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE.
- _____, 2006. **A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações**. Indicadores Econômicos FEE, v. 33, nº 4.
- BACELAR, T., 2012. **Apresentação Conferência Estadual do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**. Porto Alegre. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/Tania_Bacelar_Araujo.pdf, acesso em: 10/11/2012.
- BANDEIRA, P. S., 1999. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão do IPEA, Brasília, n. 630.

BENTANCOR R. G. T., 2002. **El espacio cotidiano fronterizo a traves de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento**. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado). Universidad de la República, Montevidéo.

_____, 2008. **As fronteiras num contexto de mudanças: a vida cotidiana das cidades-gêmeas Rivera (Uruguai) e Sant’Ana do Livramento (Brasil)**. Ateliê Geográfico, v. 2, n. 3, Goiânia.

BOURDIEU, P., 1980. **Le Capital Social**: Notes Provisoires. in Actes de la recherche en sciences sociales, Vol. 31, N° 1. Pp. 2-3.

_____, 1986.. **The Forms of Capital**. in Richardson J. (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. Nova Iorque: Greenwood Press. Pp. 241-258.

BRASIL. Decreto-lei N° 601, Artº 1, de 18 de Setembro de 1850. **Lei de Terras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em setembro de 2013.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios**. Brasília, 2004. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm > Acesso em: Fevereiro 2013.

CENSO Demográfico de 2011. **Dados do Instituto Nacional de Estatística - INE**. Disponível em <<http://www.ine.gub.uy/censos2011/index.html>> Acesso em Maio de 2013.

COLEMAN, J. S., 1988. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p.S95-S120.

_____, 1990. **Foundations of social theory**. Cambridge, Mass: Harvard University.

ETGES, V. E., 2010. **Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil**.

FEE. Fundação de Economia e Estatística (Rio Grande do Sul). Mapas - **Indicadores de desenvolvimento do milênio e os municípios do RS**: Categorização dos municípios em relação à meta do indicador de indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo no Rio Grande do Sul – 1991-00. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_odm_mapas.php>. Acesso em: 03 junho 2012.

GIL, A. C., 1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas.

GOLIN, T., 2002. **A fronteira**. Porto Alegre: L&PM.

GRANOVETTER, M., 1985. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, p.481-510.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em setembro de 2013.

INE. Instituto Nacional de Estadística. **Atlas Sociodemográfico y de la Desigualdad del Uruguay (2013)**. Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/Atlas_Sociodemografico/Atlas_fasciculo_1_NBI_versionrevisada.pdf> Acesso em setembro de 2013.

PINTOS, A. B. **Historia de los Pueblos Orientales**. Tomo II. Del Fin de la Guerra Grande al Novecientos. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2008

PORTAL ODM. Portal dos Objetivos do Milênio. Relatórios. Rio Grande do Sul. **Santana do Livramento**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/rs/santana-do-livramento>> Acesso em setembro de 2013.

PORTAL TERRA (Brasil). **UNIPAMPA começa a funcionar amanhã no RS**, 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1143241-EI994,00.html>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

PUTNAM, R., 1993. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University.

_____, 1999. **The promise and perils of interdisciplinary research: the case of social capital**. In: The Marshall Lectures 1999, Cambridge.

_____, 2000 **Bowling alone: the collapse and revival of american community**. New York: Simon & Schuster.

PUTNAM, R.; HELLIWELL, J., 1995. Economic growth and social capital in Italy. **Eastern Economic Journal**, v. 21, n.3, p.295-307.

ROMERO, C. C. ; CALDERANO, Maria da Assunção. **Dimensões econômicas e políticas da relação educação e trabalho nos países da América Latina e Caribe**. Educação em foco. vol. 12, n. 2, set/2007-fev/2008. p. 13-26

SEPLAG 2008, **Atlas Socioeconômico do Rio Grande Sul**. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=793&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1342, Acesso em Março de 2013.

_____, **Atlas Socioeconômico do Rio Grande Sul**. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=793&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1342, Acesso em Março de 2014.

SEVERINO, A. J., 2008. **O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios**. Educar em revista. n. 31. p. 73-89

SCHUTZ, A., 1979. **Bases da fenomenologia**. In: WAGNER, H. (Org). (1979) Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar.

TRIVIÑOS, A.N.S. 1992. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. São Paulo: Atlas.

UFPEL (Brasil). Centro de Gerenciamento de Informações e Concursos. **Editais 004/2006**. Disponível em <<http://cgic.ufpel.edu.br/wp/arquivo-de-editais/editais-2006/>> Acesso em junho de 2013.

UFPEL (Brasil). Centro de Gerenciamento de Informações e Concursos. **Editais 006/2006**. Disponível em <<http://cgic.ufpel.edu.br/wp/arquivo-de-editais/editais-2006/>> Acesso em junho de 2013.

UNIPAMPA (Brasil). **Projeto Institucional - 2009**. Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf>. Acesso em: 31 maio 2012.

UNIPAMPA (Brasil). **Instrução Normativa 08/09**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/CONSUNI/resolucoes/>> Acesso em junho de 2013.

UNIPAMPA (Brasil). **Instrução Normativa 55/13**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/CONSUNI/resolucoes/>> Acesso em junho de 2013.

VOGT, C., 2003. **O conhecimento, as universidades e seus desafios**. In: A universidade na encruzilhada: por que e como reformar? Brasília. UNESCO Brasil,. p. 85- 94

YIN, R. K., 2001 Tradução Daniel Grassi. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 205 p. Tradução de: Case study research: design and methods.

WOOLCOCK, M., 1998. **Social capital and economic development: Towards a theoretical synthesis and policy framework**. in Theory and Society, Vol.27, N° 2. Pp. 151-208.

_____, 1999. **Managing risks, shocks, and opportunity in developing economies: The role of social capital**. Draft.

_____, 2000. **Social capital in theory and practice: reducing poverty by building partnerships between states, markets and civil society**. In: Special Symposium on Social Capital Formation in Poverty Reduction: Which Role for Civil Society Organizations and the State? 2000, Geneva.